

Aldeias Comuns

Ofensiva Organizacional Generalizada na Frente da Produção

A designação conferida a uma das aldeias comuns do norte do país ilustra bem o dinamismo dessas entidades de produção coletivas graças às quais culturas intensivas e mecanizadas virão substituir a tradicional agricultura do país. Destinadas a transformar os benefícios sociais da população, essas aldeias nascem por toda parte onde os camponeses decidem associar suas forças de trabalho.

O individualismo, amplamente difundido entre populações que há muitas gerações vivem dispersadas e as tentativas de reação em assimilar as aldeias comuns aos campos de reagrupamento criados pelo exército colonial, conseguiram retardar por uns tempos a adesão dos camponeses ao trabalho comunitário. As campanhas de mobilização e o êxito alcançado pelas primeiras aldeias rechaçam hoje em dia as dúvidas dos mais descrentes.

Unicamente no vale do Limpopo, convocado a tomar-se o *celeiro de Moçambique*, quarenta e três aldeias estão em vias de construção.

A riqueza da região, *fortaleza do colonialismo*, não favoreceu a mobilização, mas as inundações catastróficas de janeiro último desempenharam o papel de elemento catalizador. Forçadas a abandonar o vale, casas, rebanhos, móveis, etc, as populações começaram a construção de aldeias nas colinas. "Elas compreendiam as dificuldades do governo e tentaram resolver seus problemas de maneira solidária. Passaram a produzir e a comer coletivamente, a discutir e constituir, todos juntos", explica o responsável da Prelim pela região. O Governo tomou a seu cargo a reparação dos danos estimados em 52.000 contos, e a realização de barragens que deverão regularizar o curso do Rio Limpopo e permitir a irrigação de 200.000 hectares su-

plementares, embora impossibilitada de um apoio maior às habitações.

Foi criado um fundo de financiamento das aldeias graças aos funcionários que recusaram aumento de salário. As autoridades locais fornecem eventualmente um apoio técnico e alguns materiais de construção, ou emprestam o dinheiro necessário à aquisição de equipamento técnico. Mas são, acima de tudo, os benefícios auferidos da produção agrícola que permitem a instalação progressiva das aldeias. Assim é que, enquanto alguns trabalham a terra, outros aplainam os terrenos, constroem, se ocupam da cozinha etc.. Com frequência, a responsabilidade da execução das moradias individuais é assumida pela coletividade. Dirigida aos construtores, a Direção do *habitat* distribui uma brochura intitulada *Contribuição ao planeamento físico de zona habitacional de uma aldeia comum*, indicando critérios de seleção dos terrenos em função das condições topográficas, das terras aráveis, da água, dos declives preferíveis, exposição ao sol, ventilação, etc.. É enumerada ainda os serviços e as infra-estruturas necessárias, estipulando as diversas fases do desenvolvimento de uma aldeia. O plano maço proposto divide a área em quatro partes de 50 hectares para duzentas-duzentas e cinquenta famílias, situando essas áreas em torno de um centro comercial completo, compreendendo centro administrativo, casa da cultura, escola secundária, hospital, sede das forças populares. Estabelece ainda reservar um-terço do terreno às áreas e equipamentos públicos e dois-terços aos lotes familiares. A extensão máxima do quinhão familiar foi estipulada em 1.200 metros quadrados, limitando-se a vinte e cinco metros o avanço sobre a rua. As atividades industriais e artesanais, bem como os eventuais centros de adiestramento, são instalados na periferia.

Utilizando amplamente a experiência do *habitat* tradicional, a Direção recomenda, por medida de economia, o emprego de materiais locais. Sugere a utilização do barro, sob a forma de tijolos ou de telhas cozidas em forno, ou ainda sua estabilização com capim desfeito ou cimento. São sugeridos diversos melhoramentos com a utilização de madeira, bambu e folhas de palmeira. As famílias são convidadas a construir inicialmen-

te três peças, aumentando gradativamente a moradia pela justaposição de novos cômodos (um máximo de nove) em torno de um núcleo central.

Na prática, enquanto esperam os recursos necessários à efetivação do projeto, as aldeias começam geralmente por levantar construções sumárias e provisórias. Na aldeia de Patrice Lumumba, por exemplo, para apreciar uma série de alojamentos inicialmente feitos de madeira e bambus a escola de os alunos se sentam sobre troncos de árvores, a cooperativa de consumo e o Partido, com sala de reuniões e três escritórios.

Consideradas como a viga mestra do desenvolvimento rural, as aldeias comuns forçam-se por oferecer hoje às massas camponesas aquilo que uma colonização organizada segundo os interesses das companhias polistas sempre lhes recusou. Através do estatuto de produtores oferecidos aos grupos explorados, esboça-se a profundização da sociedade moçambicana, socialista amanhã.

3 de Fevereiro - A primeira aldeia de limpo

"Fui o primeiro a chegar aqui, depois de ter perdido minha casa nas inundações. Logo que seis famílias completas se reuniram, começamos a nos organizar", conta André, o chefe da aldeia *3 de Fevereiro*. Ele nos convidou a visitar o local. Assim, as brigadas executando as diversas tarefas: captação de água, desmatamento, construção das futuras salas de aula - a escola funciona ainda ao ar livre. A prioridade na construção é dada, depois da escola, à cooperativa de consumo, à sede do grupo dirigente, à creche, ao hospital e ao mercado. O posto de saúde já atende à população dos quatro alojamentos primitivos criados pela Direção de Obras Públicas.

Vítimas das inundações, 1961, começaram já um primeiro bairro, 163 famílias em segundo. Novas famílias chegam diariamente para se instalar. "Sua eventual realização em trabalho coletivo desaparece imediatamente", assinala André, explicando que sábados e domingos são reservados para o trabalho individual.

at/vam
vos có
de um
ara os
rto, as
or le
as. Na
plo, p
inte
e esc
onco
e a m
três

estr
ocum
ssas
o on
nhã
arís
do m
unda
otam

ca,
mã
e no
onã
rre
Am
dã
ent
mat
le à
ca
de
a

